



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
COMUNITÁRIA 05

Folha:
1 / 6

Revisão:

1 – Identificação			
Evento	Reunião Comunitária nº 05 (Localidade de São Joaquim).		
Data	09/10/2019		
Horário Início	19h32	Horário Término	21h43
Local	Quadra de Esportes da Localidade de São Joaquim		

2 – Pauta			
<p>Ação de participação social prevista no projeto de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim para que a população local participe do processo de construção do novo marco legal apresentando críticas, sugestões e expectativas relacionadas ao PDM, em cumprimento do que determina a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), especialmente em seu Artigo 40, §4º.</p>			

3 – Discussão			
<p>Aos nove dias do mês de outubro de 2019, às 19h32, nas dependências da Quadra de Esportes da Localidade de São Joaquim, deu-se início à Reunião Comunitária nº 05, que materializa ação de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, prevista no processo de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em cumprimento ao que prevê a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Jonei Petri, abriu os trabalhos cumprimentando os presentes e agradecendo a participação da população da localidade de São Joaquim. Em continuidade, teceu uma contextualização da atual situação do PDM, explanando que o Plano Diretor é a lei que determina como o território municipal irá se desenvolver. Esclarecendo que a Lei Municipal nº 5.890/2006 deveria ter sido revisada no ano de 2016 pela gestão anterior, o que não ocorreu. Acrescentou que algumas leis municipais que alteraram o PDM foram declaradas inconstitucionais por decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo, porque foram aprovadas pela Câmara Municipal sem a realização de audiências públicas e sem a comprovação da realização de estudos técnicos, o que exigiu que a Administração Municipal, antes de tratar da revisão do Plano Diretor Municipal, precisasse resgatar a literalidade do texto original de alguns dispositivos declarados inconstitucionais, a fim de resgatar o patamar legal mínimo necessário à gestão do território municipal pelo tempo necessário a conclusão dos trabalhos de atualização e revisão do PDM. Prosseguiu, enaltecendo que tal fato tornou o atual Plano Diretor ainda mais desatualizado, o que vem gerando reflexos negativos em todas as áreas, principalmente no desenvolvimento econômico como poderá ser atestado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico durante esta reunião. Destacou que o atual PDM retrata apenas a área urbanizada, atuando praticamente como se fosse o antigo PDU. Ressaltou que o novo Plano Diretor Municipal contemplará todo o território municipal de Cachoeiro de Itapemirim pela primeira vez, motivo pelo qual a participação e o debate social é imprescindível para que o novo PDM possa traduzir as expectativas e atender as necessidades da população. Para exemplificar a importância atuação social ao longo do processo de revisão do Plano Diretor, citou o problema da quantidade excessiva de pontos de ônibus existentes no município que gera descontentamentos dos usuários do serviço de transporte público e da população que se divide ora solicitando a implantação de novos pontos de ônibus, ora demandando que o Poder Público suprima algumas paradas, o que requer que a sociedade defina coletivamente a solução que deseja ser tomada pela Administração Municipal. Prosseguiu, enaltecendo que diante da complexidade de todas as ações que precisam ser realizadas para a entrega do novo PDM, o Poder Público realizou a contratação de uma empresa de consultoria especializada na construção e atualização de planos diretores através da</p>			



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
COMUNITÁRIA 05

Folha:
2 / 6

Revisão:

instauração de um processo licitatório específico que, ao final, indicou como vencedora a Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projeto, ressaltando que a empresa possui grande experiência, tendo participado de processos de atualização e revisão de planos diretores em vários municípios brasileiros, concluindo a sua participação enaltecendo a necessidade de que todos possam apresentar as suas sugestões. Em continuidade o Sr. Francisco Carlos Montovanelli, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, cumprimentou os presentes e apresentou a sua equipe presente na reunião. Prosseguiu, ressaltando que Cachoeiro de Itapemirim está enfrentando um momento de muita dificuldade no setor de desenvolvimento econômico em razão da situação de fragilidade gerada pelo atual Plano Diretor, que limita e até mesmo inviabiliza investimentos. Citou que a impossibilidade de utilização de áreas consolidadas em território urbano tem gerado muitos transtornos à população e ao Poder Público. Destacou que inúmeros investimentos que poderiam estar sendo realizados em Cachoeiro estão migrando para outras cidades em razão das dificuldades encontradas aqui. Destacou que o processo de revisão do PDM é uma das ações que a Administração Victor Coelho está realizando que precisa ser valorizada pela população, citando também a lei de desburocratização como outra importante medida do Governo Municipal. Enalteceu que o município precisa enfrentar dois grandes desafios: a reforma do PDM e o plano de manejo do Itabira. Finalizou as suas considerações ressaltando que a participação da sociedade é fundamental para o êxito do projeto, desejando a todos uma boa reunião. Na sequência, o Sr. Wesley Mendes, Sindicato Rural, inaugurou a sua participação agradecendo a presença da população e de todas as pessoas que contribuíram para que a reunião pudesse acontecer em São Joaquim. Enalteceu que o evento foi amplamente divulgado na televisão e na rádio, agradecendo ao Secretário Jonei Petri pela decisão de realizar reuniões no interior, passando a palavra à Sra. Jacqueline Menegassi, Latus Consultoria, que, em sequência, iniciou as suas explicações destacando que o debate social é ainda mais importante para a localidade de São Joaquim pelo fato deste não encontrar-se configurado como unidade específica perante o IBGE, motivo pelo qual as informações prestadas pela população são fundamentais para o conhecimento e a compreensão das realidades locais. Prosseguiu, exibindo uma apresentação com o objetivo de incentivar a participação dos presentes através do fornecimento de informações regionais. Esclareceu que o PDM é a lei que estabelece o que pode ser feito em cada parte da cidade, definindo como se dará o seu crescimento. Ressaltou que o processo de revisão está ancorado em dois eixos: direito à cidade sustentável e gestão participativa. Destacou que a gestão participativa é importante para que as metas estabelecidas para o período de tempo correspondente ao Plano Diretor possam ser efetivamente cumpridas, salientando à necessidade de que as decisões sociais precisam ser construídas e estar embasadas num entendimento focado no interesse comum, motivo pelo qual torna-se importante que os participantes possam indicar dois representantes ao final da reunião para atuarem no Fórum das Comunidades, que será constituído ao final de todas as reuniões comunitárias, com a finalidade de representar as comunidades até o final dos debates dos temas relativos ao processo de revisão do PDM. Explanou que os trabalhos de revisão serão realizados em quatro etapas, informando que estes se encontram na segunda – Fase de Diagnóstico, passando a exibir mapas com informações relacionadas as características da localidade de São Joaquim, como: inserção geográfica, população, quantidade de domicílios, renda, aspectos ambientais, atividades econômicas, sistema viário, mobilidade, equipamentos e serviços disponíveis, saneamento e potencialidades. Com relação a distribuição da população, explanou que mais de 80% da população reside na sede da cidade, informando que, dos distritos que concentram maior densidade populacional, encontram-se aqueles em que predomina a atividade de mineração. Exibiu a planta do loteamento do Distrito Industrial, destacando como uma importante dificuldade relacionada a obtenção de informações sobre a localidade de São Joaquim o fato desta não encontrar-se descrita como distrito perante o IBGE. Na sequência, a Vereadora Renata Fiório informou que São Joaquim é parte de uma antiga fazenda de mesma denominação, esclarecendo que a localidade encontra-se inserida numa área maior denominada Morro Grande e que possui parte de sua extensão situada fora da área de expansão



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
COMUNITÁRIA 05

Folha:
3 / 6

Revisão:

urbana e que, por isso, não possui zoneamento, o que tem gerado muitas dificuldades. Ressaltou que a localidade possui 90 (noventa) empresas instaladas e 1.500 (mil e quinhentos) terrenos cadastrados, salientando que alguns destes encontram-se situados fora do loteamento relativo a implantação do Distrito Industrial. Enalteceu que o distrito industrial não se encontra consolidado, apresentando uma parte industrial e uma área residencial que precisam ser devidamente tratadas pelo Plano Diretor Municipal. A Sra. Jacqueline Menegassi, Latus Consultoria, enfatizou que a sociedade precisa decidir se a localidade de São Joaquim será definida de fato como distrito industrial ou como loteamento residencial, definindo quais características precisam ser potencializadas. Com relação à densidade de domicílios, enalteceu ser necessário que se possa apurar corretamente o quantitativo de domicílios ali existentes de forma a equacionar a falta de informações censitárias. Com relação à renda, discorreu que, aproximadamente, 20% da população vive com uma renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O Sr. Wesley Mendes, Sindicato Rural, ressaltou a importância da análise do tema, informando 24% da população do Distrito de Córrego dos Monos tem renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A Sra. Jacqueline, Latus Consultoria, destacou que o PDM estabelece diretrizes às políticas sociais necessárias ao desenvolvimento do território. Em relação ao aspecto ambiental, destacou que a riqueza natural da localidade, embora implique em restrições ao uso do espaço, pode ser transformada em potencialidade dependendo da forma com que sejam retratadas, salientando como exemplo a possibilidade de criação de corredores ecológicos nos distritos situados ao norte do território, enaltecendo a hidrografia como destaque daquela localidade. Discorreu que, além dos recursos naturais, a localidade precisa analisar outras características que precisam ser potencializadas naquela região, citando a culinária, festas e demais manifestações culturais. Com relação ao sistema viário, salientou à necessidade de que a população avalie as condições das estradas que servem a região, do serviço de transporte público e da situação de mobilidade local. No tocante ao saneamento, ressaltou a importância do tema que está diretamente ligado a questão da crise hídrica que vem atingindo o município, citando a Festa do Tomate que deixou de ser realizada no Distrito de Córrego dos Monos devido a escassez de água. Em relação aos equipamentos e serviços públicos, destacou a necessidade de que a população opine sobre as estruturas de educação, saúde e lazer disponibilizadas pela Administração naquela região, finalizando a apresentação, sugerindo aos participantes que possam responder as seguintes indagações: O que a localidade de São Joaquim tem de bom? O que deve ser melhorado? Quais são suas expectativas e sugestões? Na sequência de início a etapa das contribuições dos participantes: o Sr. Fernando Cesar Andreão iniciou a sua participação informando que instalou a sua empresa na localidade de São Joaquim há, aproximadamente, 17 anos. Afirmou que durante todo esse tempo o Poder Público se mostra muito distante da realidade local. Ressaltou que, atualmente, possui 137 empregados, destacando que optou por instalar a sua empresa em São Joaquim pelo fato de que o local foi caracterizado como sendo um distrito industrial. Questionou os dados relacionados a renda uma vez que existem vários postos de trabalho não preenchidos e que se encontram disponíveis a espera de candidatos. Prosseguiu, afirmando que não concebe viável que se permita a instalação de residências numa área que, a princípio, deveria ser industrial. Esclarece que decidiu adquirir novas áreas nas proximidades da sua empresa a fim de evitar que pudessem ser loteadas com finalidade residencial e isso pudesse vir a se tornar um problema futuro para a operação da sua empresa. Finalizou a sua participação com a seguinte indagação: o que São Joaquim é? Em continuidade, o Sr. Ésió Anreão indagou sobre efetividade da aplicação das regras que estabelecem uma distância mínima entre as residências e a área industrial, citando o loteamento residencial que vem sendo efetivado naquele local. Na sequência, o Secretário Jonei Petri destacou que o objetivo da reunião é exatamente detectar conflitos como os relatados. Prosseguiu, afirmando que entende ser positiva a instalação de residências próximas a área industrial, uma vez que contribuem à logística, evitando deslocamentos pendulares e outros custos relacionados ao deslocamento das pessoas até o local de trabalho, mas ressaltou que a implantação destas deve obedecer critérios específicos, como o estabelecimento e efetiva implantação



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
COMUNITÁRIA 05

Folha:
4 / 6

Revisão:

de cinturões verdes separando as indústrias das residências. Destacou que um cinturão verde precisa ter, ao menos, 80 m de largura em vez dos 5 m previstos no projeto de loteamento do Distrito Industrial de São Joaquim. Ressaltou que o debate social ajudará a definir quais as soluções que precisam ser implementadas para se viabilizar as necessidades locais. Em nova participação, a Vereadora renata Fiório destacou que o loteamento do Distrito Industrial foi aprovado antes da vigência do atual Plano Diretor. O Secretário Jonei Petri informou que como contrapartida de EIV para aprovação do projeto do loteamento do Distrito Industrial somente foi exigida a abertura de ruas e, por isso, o Poder Público juntamente à comunidade precisarão encontrar uma solução para vários dos desafios que se estabeleceram. Em nova participação, o Sr. Fernando Cesar Andreão destacou que há 17 anos existia abundância de água em São Joaquim, mas que, após várias intervenções irresponsáveis, como o aterramento da lagoa e o manilhamento de córregos, hoje existe crise hídrica num local onde existia água em abundância. O Sr. Rogério Corrêa, Gramabex, informa que instalou a sua empresa em São Joaquim num local onde antigamente só havia pasto para viabilizar o seu negócio que antes se encontrava no bairro Coramara ao lado de construções residenciais gerando muitos problemas. Em face disso, não concorda com a instalação de um loteamento residencial naquela localidade, ao lado da sua empresa, pelo temor de inviabilizar não apenas a operação do seu negócio, mas de todas as demais empresas instaladas na região. O Secretário Jonei Petri salientou a necessidade de se pensar o tratamento da localidade de São Joaquim de uma especial considerando as particularidades ali existentes, buscando-se consolidar o que já existe e, principalmente, evitar que novos problemas possam vir a acontecer. O Sr. Edmar Rabelo, advogado, iniciou a sua participação enaltecendo para uma séria de problemas gerados pela possível saída das empresas de São Joaquim, citando o desemprego como exemplo. Indagou sobre o que o Poder Público pode fazer para paralisar imediatamente o loteamento residencial situado na área industrial enquanto ainda há tempo. Em nova participação, a Vereadora Renata Fiório informou que existem seis áreas de loteamento. Destacou a necessidade de se fazer uma REURB na região, considerando a população que já se encontra ali instalada. Ressalta que, como medida de aprovação do projeto de loteamento do Distrito Industrial, ficou convencionado os lotes seriam comercializados com preço público para se evitar especulação imobiliária e viabilizar a instalação de empresa na região, sugerindo que não se autorize o prosseguimento do loteamento residencial até que se conclua os trabalhos de revisão do PDM. O Secretário Jonei Petri, em resposta à indagação do Sr. Edmar Rabelo, destacou que o loteamento residencial já se encontrava aprovado pela gestão anterior, não restando alternativa administrativa para solução da questão apresentada, enaltecendo que atuará em conjunto do Secretário Francisco Montovanelli no sentido de buscar junto à Procuradoria Municipal uma solução para os fatos apontados. O Sr. Sebastião Costa, Presidente da Associação de Moradores de São Joaquim, informou que reside naquele local. Acrescentou que a comunidade está perdendo riquezas naturais porque não existe fiscalização. Destacou que a região de alagamento que alimentava o Rio Itapemirim foi aterrada. Ressaltou que a vinda das indústrias para São Joaquim só trouxe benefícios porque permitiu aos locais se fixarem e se desenvolverem naquela região. Salientou que área residencial da localidade era bem delimitada e que o novo loteamento residencial está conflitando com o perfil do Distrito Industrial proposto pelo Poder Público para aquela região pelo fato de estar sendo implantado no meio das indústrias. Destacou que os moradores desejam viver em harmonia com a indústria. Enalteceu que a Administração Municipal encontra-se distante da realidade daquela comunidade, citando como exemplo o centro comunitário, uma obra escolhida pela própria comunidade, mas que se encontra fechado quando poderia estar sendo utilizado, beneficiando a comunidade com atendimento de saúde que atualmente é inexistente. Finalizando a sua participação, destaca que se reuniu com a Articulação Comunitária para tentar viabilizar a disponibilização da estrutura do centro comunitário. O Sr. Carlos Onofre, advogado, destacou como ponto positivo o fato de São Joaquim ser o único local de Cachoeiro de Itapemirim onde se pode unir trabalho e indústria. Como aspectos a serem melhorados, indicou a relação entre a indústria e o trabalhador, reconhecendo que



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
COMUNITÁRIA 05

Folha:
5 / 6

Revisão:

muitos dos aspectos a ela aplicáveis decorrem das leis trabalhistas. Como expectativa, ressalta a necessidade de definição da situação de São Joaquim como Distrito Industrial ocorra o mais breve possível. Finalizou a sua participação indagando acerca da existência de uma placa no espaço do loteamento residencial com a informação de que aquela área não está sujeita a licenciamento ambiental. Em nova participação, o Sr. Wesley Mendes, Sindicato Rural, sugeriu que o problema do loteamento residencial situado na área dedicada as indústrias na localidade de São Joaquim seja levado ao conhecimento do CPDM a fim de que possa ser analisado. Ressalta que a pergunta do Sr. Fernando Cesar Andreão (O que São Joaquim é?) o incomodou muito, precisando ser devidamente respondida por todos, concluindo sua participação indagando se cada distrito poderá escolher o perfil ao deseja ser classificado. O Secretário Jonei Petri esclareceu que o PDM resulta de um processo de construção coletiva onde debates sobre temas com este são analisados por todos visando uma solução comum. Acrescentou que a constituição da localidade de São Joaquim independe da denominação Distrito Industrial, mas demanda o estabelecimento de regras que possam atender as peculiaridades da região, propondo que, diante das peculiaridades encontradas, a localidade possam eleger 4 representantes: 2 moradores e 2 empresários. Os participantes acolheram a proposta por unanimidade. O Sr. Paulo Cesar Mendes destacou a necessidade de se estabelecerem regras efetivas que não inviabilize a situação das indústrias, residências e das propriedades rurais que já se encontram instaladas em São Joaquim. O Secretário Jonei Petri enfatizou que a função social da propriedade precisa ser atendida, uma vez que o proprietário não pode fazer o que bem entende do seu imóvel, mas precisa se adequar as regras estabelecidas. O Sr. Wesley Mendes acrescentou que não e possível admitir o crescimento desordenado, sendo necessário que se possa crescer ordenadamente. A Sra. Ângela Maria Trintin, moradora ha 56 anos de São Joaquim, elogiou a iniciativa de se promover reuniões no interior. Com relação ao saneamento básico, informou que não existe serviço de tratamento de esgoto, o que obriga aos moradores a arcarem com custos de limpeza das fossas na ordem de R\$ 600,00 os quais também precisam ser arcados pelas empresas ali instaladas. Destacou que entende que o PDM precisa contemplar a necessidades dos moradores e das indústrias de São Joaquim. Enalteceu que aquela comunidade possui, aproximadamente, 300 moradores o que, segundo ela, justificaria a abertura do centro comunitário com atendimento médico àquela população. A Sra. Jacqueline Menegassi, Latus Consultoria, esclareceu que a atual etapa dos trabalhos tem como objetivo justamente identificar problemas. Esclareceu que a discussão das soluções dos problemas acontecerá posteriormente. Enalteceu que a população precisa posicionar-se acerca de de vários temas, citando como exemplo a definido sobre se o perímetro urbano será totalmente parcelado ou seria melhor ocupar o espaço ainda não ocupado que se encontra disponível dentro do perímetro urbano a um custo muito menor? O Sr. Ramon Rigoni, Subsecretário SEMDEC, destacou que entende como grande norte da discussão é a análise de com se dará a ocupação do solo de São Joaquim, sobre como se deseja que a região de São Joaquim reste caracterizada deste momento em diante, indicando-se o que se pretende consolidar e, a partir daí, definir de que forma o distrito irá se desenvolver. A Sra. Jacqueline enalteceu que o PDM também se destina a contemplar as necessidades rurais, acrescentando que isso se dará através da construção de regras. A Srta. Libiana Muniz, Subsecretária SEMDEC, ressaltou que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico efetuou um estudo específico da região, esclarecendo que o perfil que vem sendo trabalhado naquela secretaria é o fortalecimento da característica industrial daquela região. A Sra. Renata Bedim, ressaltou que a sua empresa já se encontrava instalada na localidade desde 1991, antes da aprovação do projeto do loteamento do Distrito Industrial, motivo pelo qual questionou sobre a efetividade dos debates promovidos durante a reunião perante os proprietários que se instalaram naquela região nas mesmas condições da mesma. O Sr. Wesley Mendes, Sindicato Rural, em nova manifestação, indagou se a solução precisa aguardar a conclusão da revisão do Plano Diretor ou poderia ser apresentada antes disso. O Secretário Jonei Petri enalteceu a necessidade de se repensar o projeto do loteamento de São joaquim, destacando que o processo de revisão do PDM



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
COMUNITÁRIA 05

Folha:
6 / 6

Revisão:

pode contribuir bastante nessa tarefa. Ressaltou que o assunto será debatido pelo CPDM a fim de se verificar a possibilidade de adoção de uma medida de solução. A Sra. Jaqueline Menegassi, Latus Consultoria, destacou que existem novas figuras de zoneamento que poderão auxiliar o tratamento da questão. Encerradas as contribuições, o Secretário Jonei Petri, informou que o material referente a apresentação veiculada, a ata, a lista de presença e as fotos serão disponibilizadas no site do Espaço Pano Diretor, que pode ser acessado a partir do banner que se encontra na página principal da prefeitura, que poderá ser acessada através do endereço eletrônico <https://www.cachoeiro.es.gov.br/>. Enalteceu que na referida página do Espaço Plano Diretor, a população poderá acompanhar todas as ações desenvolvidas no processo de revisão do PDM, acessando atas, fotos, apresentações e apresentando contribuições preenchendo o formulário eletrônico ali disponibilizado. Esclareceu aos participantes que estes poderão apresentar sugestões também pela internet, mesmo tendo participado do evento presencial, informando, ainda, acerca da possibilidade de participação dos outros eventos presenciais que serão realizados ao longo do processo, mesmo que noutras regiões, solicitando aos presentes que indiquem os quatro representantes da região que integrarão o Fórum das Comunidades. Foram indicados como representantes dos moradores: Sr. Sebastião Costa e a Sra. Ângela Maria Trintin Rosa Costa e como representantes do setor industrial: Sra. Renata Bedim Salles Sancção e o Sr. Fernando Cesar Andreão. Nada mais sendo tratado, o Secretário Jonei Petri agradeceu a participação de todos dando por encerrada a presente reunião.....

Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

CONSORCIO DE PROJETOS LTDA.
ASSESSORIA, PESQUISA E

ROTUS



Assunto: Reunião Comunitária 05 - São Sebastião

Data/horas: 08/12/2018 - 19h

Local: Avulso de Esportes de Dist. São Sebastião

nº	Nome	Função/Orgão	E-mail/telefone
1	Julia Pacheco Freitas	Diretor Geral	geral@pmc.cachoeiro.itapemirim.br
2	Juliana Bastos	Do lar	2899946-3094
3	Vanessa Nepes	Do lar	35114160 xelobara@vol.com.br
4	Ediane Aquino	Prod. Rural	3522-8923
5	Paulo Roberto de Moraes	Prod. Rural	99986-5083
6	Gilberto Velasco	Proprietário	99986-5083
7	Edson de Jesus	Proprietário	99986-5083
8	Edson de Jesus	Advogado	cop.diretor@pref.cachoeiro.itapemirim.br
9	Renata Pedram Sales	Serviço Industrial	renata@pedram.com
10	Ricardo Heiler	INDUSTRIA	ricardo@gmatset.com.br
11	Renata Figueira	Medicineira	
12	Jonas Botas	CMCI	
13	Ana B. Massaro	Advogada	me.pod@massaro.adv.br
14	Edson Pacheco	Proprietário	99965-6147
15	Vanessa Nepes	Consultor Adm.	99925-4921

Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - Lista de Presenças



Assunto: Reunião Comunitária 05 - São Joaquim

Data/horas: 08/10/2019 - 19h

Local: Praça de Esportes do Dist. São Joaquim

nº	Nome	Função/Orgão	E-mail/telefone
1	Ultronica de Oliveira		Rg) 99936.8317
2	Suzanne Aparecida m. de Oliveira		(28) 99935.1551
3	Mourão S. B. de Castro		3511.4234
4	Emery da Silveira		999946713
5	Miguel Costa Veloso		999035967
6	Procurador Gous le Pélissier		999384222
7	Clara de Almeida		
8	Marta Rêgo Coura		999190947
9	João Paulo		
10	Monica		999131911
11	João do Carmo		999468103
12	SEBASTIÃO COSTA		99881-1817
13	Luís Roberto		999160864
14	Jose Henrique M. Martins	SEMDURB	
15			

Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - Lista de Presenças



19

Assunto: Reunião Comissão 05 - São João

Data/horas: 09/10/2019 - 19h

Local: Av. de Esportes do Dist. São João

nº	Nome	Função/Orgão	E-mail/telefone
1	AMOM AIGONI COIBETTI	SEMOEC / SUB SEC.	A.COIBETH@KOTMPTL.COM
2	Elmy de Jesus Oliveira		elmy.oliveira138@hotmail.com
3	Libiane Davel Muniz	SEMOEC / Sub Secrd.	Libiane_davel@hotmail.com
4	Fernando Carlos MOUTOYANJUN	SEMOEC	MOUTOYANJUN@16.COM.BR
5	Maria Gorete Pereira Moura		(8)999850004
6	Gracinda Oliveira Santiago	SEME IGATERA	(21)99955.9584
7	Symone Moura Capone Duarte	SEME ITAPOGOG	10819989-5428
8	Luiz Carlos de Araujo		0835713
9	Luiz Carlos		083571-3474@gmail.com
10	Vania Botana Ressumato Bobbio		992919920
11	Maria Inês Souza		999022440
12	Seloutana Rostom Ressumato		
13	Suzandra de Souza		999022446
14	Fabiane Damasceno	Indústria	99952-5764
15	Edimar Augusto Reis de	advogado	nabeteadvogados@gmail.com



LABUS

ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.
CONSULTORIA, PESQUISA E



Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

Assunto: Reuniao Comunitaria 05 - SCS Zoogurim

Data/horas: 09/10/2018 - 18h

Local: Quilada de Espedec - SCS Zoogurim

n°	Nome	Função/Orgão	E-mail/telefone
1	Marta Sales		
2	Luciano Gomes		
3	Abilio Faria		
4	Priscila Coimbra		
5	Alexandre Saldanha		
6	Luiz de Oliveira		
7	Roberto Carlos Messias Raul	SETHOURB	
8	Donel Santos Petri	SETHOURB	
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			









